

DOSSIER CÔA I: O RELATÓRIO DE IMPACTE PATRIMONIAL (1989)

FRANCISCO SANDE LEMOS

NOTA PRÉVIA

O património arqueológico do vale do Côa, designadamente a arte rupestre, tem sido um dos temas mais difundidos na comunicação social, nas últimas semanas de 1994. Por si mesmo o extraordinário valor arqueológico e artístico das gravuras paleolíticas justificaria a amplitude das notícias. As circunstâncias em que ocorreram os últimos achados, o seu ocultamento e a provável submersão de gravuras e pinturas pela albufeira da barragem, que está a ser construída próximo da foz do rio, conferem à descoberta um inevitável carácter dramático. O debate, vivo e apaixonado, irá produzir, por certo, ao longo do próximos anos, numerosos textos e comentários, quer na Imprensa, quer em revistas da especialidade. É, sem dúvida, um caso paradigmático, em numerosos aspectos. Num futuro próximo iremos, também nós, publicar um texto mais desenvolvido sobre o "dossier Côa", quando pudermos dispôr de elementos que, por ora, não foram divulgados pelas entidades da tutela. Entretanto, julgámos oportuno imprimir o relatório do estudo do impacte da construção da barragem do Côa sobre o património construído, relatório que elaborámos em finais de 1989, mais precisamente em Novembro. Nesta publicação apenas corrigimos acentos e vírgulas. Na verdade, o texto, que em 1989 enviámos à E.G.F., foi um dos primeiros relatórios que redigimos em computador, pelo que estava cheio de gralhas, que corrigimos nesta edição. O estilo é muito pesado, macarrónico. Porém, dado o interesse histórico do documento, achámos por bem, não introduzir alterações maiores, mesmo de estilo. Limitámo-nos, pois a corrigir acentos e vírgulas, bem como a alterar algumas minúsculas que passámos para maiúsculas (caso de pré-história, por exemplo).

Convém esclarecer o contexto exacto em que fomos chamados a realizar o estudo que adiante se divulga. A E.G.F. tinha urgência na elaboração de um relatório sobre o impacte arqueológico da barragem pois necessitava de ter concluído o E.A. até ao final do ano (1989). Segundo o representante da E.G.F., que nos contactou em Setembro, existiria um estudo anterior que nada assinalava de relevante. Todavia, uma notícia publicada no Expresso (26 de Agosto), indicando a existência de uma importante estação romana, obrigava a rever a área. Foi assim estabelecido um protocolo entre a Universidade e a referida Empresa. No protocolo previa-se um prazo de três semanas para execução do estudo e um mês de assistência.

Os trabalhos de campo, que demoraram três semanas, durante o mês de Outubro, revelaram-nos um fascinante universo de sítios, a ponto de considerarmos que o impacte da barragem seria "bastante significativo".

Nos trabalhos de campo participaram Francisco Sande Lemos, Luís Fontes e Manuel Abrão Pires.

Depois, nunca mais fomos contactados, formal ou informalmente, quer pela E.G.F, quer pela EDP, quer pelo Instituto Português do Património Cultural. Através do Dr. Nelson Rebanda soubemos que o relatório tinha sido recebido e que a Divisão Regional do Norte chamara a si o aprofundamento do primeiro estudo.



Vale do Côa. Zona da Quinta de St.ª Maria.

I – ESTUDO DO IMPACTE AMBIENTAL DA BARRAGEM DO RIO CÔA: RELATÓRIO DO IMPACTE PATRIMONIAL

1. INTRODUÇÃO

A albufeira resultante da barragem do rio Côa, projecto a ser implementado pela EDP, vai inundar um vasto território, não só em extensão, como também em área, pelo que não admira que o impacte sobre o património histórico seja bastante significativo, como adiante se verá. De facto, o vale do rio Côa, no troço entre a sua foz e o Salto do Boi alarga-se em vários pontos, o que parece resultar do jogo entre a acentuada erosão regressiva própria dos xistos, e um conjunto de falhas tectónicas, relacionadas com o grande eixo do Vale da Vilarça. Nestas pequenas "cuvettes" escalonam-se terraços fluviais, e modelaram-se colinas de pendor suave. Por sua vez a rede de afluentes torna-se complexa e sinuosa. Se relacionarmos estas características geomorfológicas com o clima mediterrânico predominante na área, podemos concluir que o vale do rio Côa, nestes trechos, produz as condições ideais para o assentamento de povoados. Primeiro na Pré-História antiga e recente, pois que o rio seria dos poucos leitos com água corrente, nos estios mais prolongados, e um vale abrigado nos invernos mais rigorosos. Depois, no período romano, e nas épocas subsequentes, pelo facto de as suas margens proporcionarem um micro-clima muito favorável às culturas mediterrânicas, nomeadamente à vinha e à oliveira. Aliás, este aproveitamento das margens do rio Côa, como local predilecto de certas culturas agrícolas, e portanto de povoamento, tornou-se ainda mais acentuado a partir da Idade Moderna, com o crescente interesse económico do vinho, do azeite, e da amêndoa.

Nesta perspectiva não supreende que tenhamos encontrado vestígios, mais ou menos significativos, ou monumentais, de sucessivos estádios de ocupação das margens do rio, desde a Pré-História até à época contemporânea.

No entanto, a partir do Salto do Boi, o aspecto das margens do rio altera-se bastante, modificando-se a constituição geológica, sendo o substrato rochoso formado por granitos de contacto, de dureza variável. O leito é bastante apertado, encaixado, com margens de acentuado declive, abruptas. As vertentes, devido à fraca cobertura arbórea, sofrem sucessivos desabamentos, e o fundo do leito do rio encontra-se preenchido por enormes blocos. Nesta área, a possibilidade de assentamento de habitats antigos, é totalmente inviável, excepto pequenos acampamentos de ar livre, encostados a abrigos formados pelos grandes afloramentos rochosos. Nesta paisagem natural encontramos perante cenários favoráveis à circulação de pequenas comunidades

neolíticas e calcolíticas, provavelmente as responsáveis pela produção dos conjuntos de pinturas rupestres descobertos durante os trabalhos de campo. No entanto, neste troço do rio, que se estende entre o Salto do Boi e a área de Cidadelhe, não se verifica a ocorrência de povoados romanos ou de quintas, pelo menos ao nível das cotas que vão ser afectadas pelo enchimento da barragem.

Neste relatório são referidos os principais tipos de vestígios detectados, a sua importância científica e valor cultural, agrupados por ordem cronológica, com as recomendações para o seu estudo devidamente apontadas, grupo por grupo. Como anexo ao relatório figuram os mapas, à escala 1:5000, com o posicionamento rigoroso dos locais com interesse, as fichas relativas a cada sítio, e as fotografias dos vestígios, ou estruturas de maior valor.

2. PRÉ-HISTÓRIA ANTIGA

Em terraços da margem esquerda do rio Côa, nos pontos assinalados na cartografia, foram recolhidos diversos artefactos líticos que indiciam a possibilidade de o vale daquele rio ter sido percorrido por comunidades paleolíticas, ainda que por ora seja difícil precisar com maior rigor a sua cronologia. Os artefactos, produzidos sobre seixos de quartzito e de quartzo, por vezes de boa qualidade, são "choppers" e "chopping-tools", núcleos e lascas. Os materiais registados, embora em número escasso, apontam para a necessidade de um estudo mais aprofundado dos terraços que vão ser inundados e que se desenvolvem ao longo da margem do rio, em particular nos trechos em que o vale se amplia, nomeadamente no troço entre a Quinta de Santa Maria e o Salto do Boi. Um estudo exaustivo deve ser implementado, obedecendo às seguintes características: identificação dos terraços; cartografia dos mesmos, sobre fotografia aérea e sobre os mapas 1:2500; recolhas sedimentológicas e estudos do material grosseiro; prospecção intensiva afim de se recolher todo o espólio lítico de superfície; sondagens no caso de se determinar a existência de um *habitat*, de um atelier de talhe, ou de estratigrafia.

3. PRÉ-HISTÓRIA RECENTE

Descobertas efectuadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em 1981, nas margens do rio Douro, no troço a montante do Pocinho, em terraços e plataformas rochosas, que posteriormente seriam inundadas pela albufeira da barragem, demonstraram que comunidades calcolíticas e da Idade

do Bronze, e mesmo do Ferro, percorreram o vale daquele rio, desenhando gravuras e erguendo túmulos.

Tendo em conta estes achados, os reconhecimentos que efectuámos no vale do Côa orientaram-se, também, para a detecção, quer de arte rupestre, quer de *habitats*, quer de túmulos semelhantes, ou do mesmo género, dos existentes no Vale da Casa, nas margens do rio Douro.

Nesta perspectiva foram observadas centenas de superfícies rochosas, que poderiam ter conservado gravuras, tendo apenas sido detectados dois conjuntos de gravuras pré-históricas. No entanto, assinala-se que o trecho do vale mais favorável à ocorrência de insculpturas, por oferecer as melhores superfícies rochosas, está afectado pelo efeito da barragem do Pocinho, que se prolonga até à Quinta de Santa Maria, e cuja albufeira submergiu as rochas com mais probabilidade de conservarem gravuras. Quanto aos dois conjuntos gravados, situa-se um na foz da Canada do Inferno, com insculpturas de traço fino, semelhantes às do Vale da Cerva, e o outro na foz da Canada de Vale de Figueira, com gravuras do tipo idêntico as da Fraga do Diabo, de Mogadouro, ou das Aguçadeiras, de Miranda do Douro.

Apesar de termos procurado alguns dos locais mais prováveis para o assentamento de *habitats*, de facto não detectámos nenhum. No entanto,



Gravuras de Vale da Figueira.

sublinhamos que os abrigos sob rocha, ou palas, que poderiam ter servido de pontos de assentamento são de difícil visita, devido ao muito mato. Por outro lado os fragmentos de xisto que juncam o solo, são tão parecidos com eventuais fragmentos de cerâmica de fabrico manual, que se torna difícil distingui-los. Quanto a túmulos, apenas assinalamos um caso, aliás com bastantes reservas, que só poderão ser dissipadas, após a limpeza do montículo de pedra e terra, que registamos na cartografia.

Apesar da escassez de vestígios atribuíveis a este período da História das sociedades humanas, recomendamos que se realizem prospecções aturadas, em alguns dos pontos que assinalamos na cartografia, nomeadamente ao longo da ribeira de Priscos, na pala a juzante da Canada do Inferno, etc. No que concerne as gravuras rupestres, recomendamos que se proceda ao posicionamento topográfico dos penedos com gravuras supramencionados, ao desenho minuciosos das insculturas, feito por especialistas. Recomendamos ainda que se efectue um exame minucioso do troço entre o local da construção da barragem e a Quinta de Santa Maria, pois consideramos como altamente provável que existam muitas outras superfícies gravadas, neste momento cobertas por água. Deve, pois, ser aproveitado um momento de abaixamento da cota, para o efeito, em coordenação, obviamente com a EDP.

A montante dos moínhos de Algodres, no troço que se estende até aos moínhos de Cidadelhe, conservam-se diversos abrigos com pinturas rupestres, descobertas durante os trabalhos realizados para este relatório de impacte. Foram detectados pelo menos 4 abrigos ou superfícies rochosas com pinturas. Os motivos dividem-se em antropomorfos e zoomorfos, sendo de salientar a qualidade artística de dois cervídeos, pintados em tons de ocre vermelho, bem como os dois grandes antropomorfos estilizados, de um outro abrigo. Pela sua natureza este conjuntos de pinturas rupestres constituem um valor de grande interesse científico, que serão destruídos no caso de a barragem ser construída, pois que se situam abaixo da cota dos 230 metros.

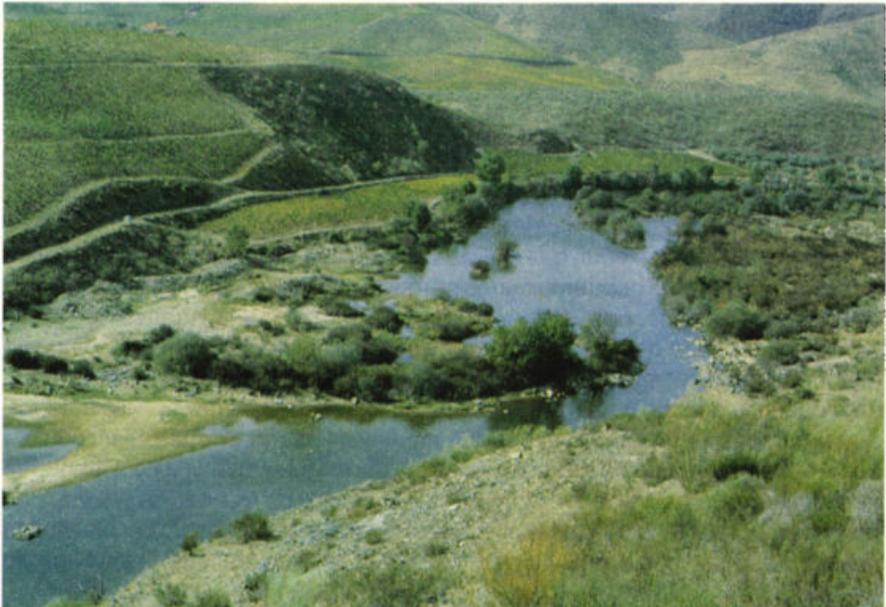
Note-se que a detecção destes conjuntos com pinturas depende das condições de luz, e do grau de inclinação do sol, pelo que admitimos apenas ter localizado uma parte dos que existem, em rochas que vão ser submersas. Só um exame minucioso das superfícies rochosas, a diferentes horas do dia, e a aplicação de infravermelhos permitirá registar todas as pinturas existentes. Saliente-se, também, a possibilidade de existirem outras abrigos com pinturas em paredões rochosos situados a cotas superiores à albufeira. Muito embora esses possíveis conjuntos pictóricos não sejam directamente atingidos pela impacte físico da barragem, a alteração das condições de humidade relativa, por efeito da grande massa de água, podem contribuir para um rápido apagamento de eventuais pinturas rupestres. Tal como para as gravuras rupestres deve-se proceder ao posicionamento cartográfico exacto dos abrigos com pinturas, ao seu levantamento topográfico a escala apropriada (1:100), ao desenho minucioso das figuras segundo as técnicas habituais, e a uma cobertura fotográfica exaustiva, a cores e a preto e branco.

4. PROTO-HISTÓRIA

Não foi detectado qualquer sítio atribuível a este período. Este facto não é de surpreender, pois os povoados da Idade do Ferro, os chamados castros, tendem a ocupar sítios de dominância, com boas condições de controlo geo-estratégico. Ao longo do rio Côa existem, de facto, diversos povoados fortificados, nomeadamente em Castelo Melhor, em Cidadelhe e sobre a Foz da Ribeira de Musseime, mas implantados a altitudes muito superiores às cotas de enchimento da barragem.

5. ROMANIZAÇÃO

Pelo contrário, na área que irá ser inundada pela albufeira da barragem do Côa conservam-se diversos povoados relacionados com a ocupação romana, com o novo ordenamento do espaço, e aproveitamento do solo, resultantes do processo de romanização. Esta intensa ocupação das margens do Côa, explica-se pelas características climáticas do vale, com excelentes condições



Povoado Romano de Ervamoira.

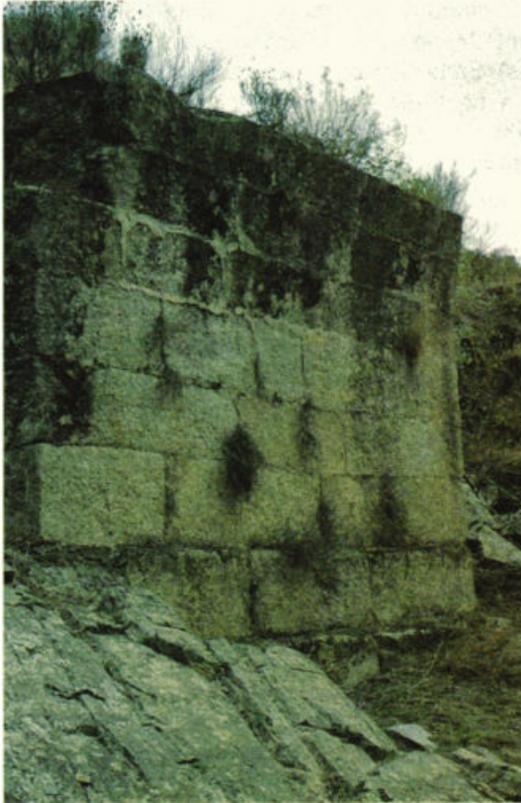
para o cultivo dos produtos mediterrânicos que constituíam a base de um novo sistema agrícola introduzido pelos romanos no noroeste da Península, como aliás em outras áreas da Europa. Normalmente, estes povoados foram fundados no Alto Império, e perduraram em muitos casos durante séculos, pelo menos até à Baixa Idade Média. Na área objecto deste relatório de impacto registamos pelo menos 4 locais que correspondem a povoados romanos, a saber: Povoados da Quinta de Santa Maria (povoado que foi já objecto de escavações), Povoados das Olgas (extenso povoado com cerâmica importada, datável do século I), Povoados da Quinta dos Priscos, e sítio da Quinta da Barca (ver as fotografias panorâmicas com as respectivas implantações na paisagem).

Pensamos, por outro lado, que, na área de influência destes locais, que teriam sido *villae* (quintas de média ou grande dimensão) ou *vici* (aldeias), podem ainda conservar-se vestígios de pequenos casais, ou cabanas, pelo que recomendamos que se proceda a uma prospecção sistemática dos respectivos territórios, pelo método designado pelos ingleses por "field walking". Dado o interesse científico destes povoados, e dos resultados que seguramente podem ser retirados do seu estudo aprofundado, e considerando que vão ser irremediavelmente submersos, recomendamos que se realize a sua escavação senão integral, pelo menos de forma a serem obtidos os dados indispensáveis para se construir um conhecimento adequado sobre a ocupação da zona, durante o primeiro milénio.

Deve-se, também, ter em atenção a necessidade de se tentar localizar as necrópoles coevas destes povoados que por certo não ficariam muito distante dos mesmos.

6. IDADE MÉDIA

Ao longo da Alta Idade Média ocorrem fenómenos de encastelamento e concentração populacional, que se traduzem no abandono de alguns povoados de fundação romana, enquanto outros se mantêm. Diversos povoados adquirem posições de domínio, passando a exercer o controlo administrativo de vastos territórios. Na área do baixo curso do Côa, as vilas de Muxagata e de Castelo Melhor parecem ter sido, na Baixa Idade Média, os lugares centrais. No entanto, a via que teria servido os povoados romanos, mencionados no capítulo anterior, terá continuado a funcionar no período medieval ligando as duas vilas, como o demonstram os restos de arranques de uma ponte que cruzava o rio a montante do Quinta de Santa Maria (ver fotografia). O estudo do traçado dessa via, dos restos da ponte, e de eventuais vestígios relacionados com o caminho, constituem um outro aspecto dos trabalhos científicos que devem anteceder o enchimento da albufeira.



Ruínas de Ponte Medieval.

7. IDADE MODERNA E CONTEMPORÂNEA

O desenvolvimento da agricultura especializada, que se processou ao longo dos séculos XVII e XVIII, e que tem a sua máxima expressão no século XIX, agricultura assente na oliveira, na vinha, e na amendoeira, alterou, por certo, a paisagem medieval e provocou um reordenamento do espaço, configurando-se assim a paisagem profundamente humanisada, que hoje se pode observar ao longo das margens do rio e dos seus principais afluentes. Quintas, lagares, eiras, corriças, pombais, constituem as estruturas materiais, de uma nova modalidade de aproveitamento dos micro-climas, dos recursos naturais e dos litosolos de xisto típicos da zona.

A albufeira prevista vai submergir um número significativo deste património

histórico, sendo de destacar pelo seu interesse artístico e científico as Quintas das Olgas, de Santa Maria e da Barca, cada uma delas com o seu estilo próprio (ver as fotografias). Embora mais vulgares, outras quintas, como a dos Piscos, a Quinta Nova, a do Rego do Vide, etc. (ver as respectivas fotografias), oferecem, também, interesse e exigem um estudo aprofundado. De um modo geral recomendamos um registo aerofotográfico, topográfico, fotográfico, e descritivo destas quintas, devendo o seu estudo ser entregue a uma equipa especializada neste tipo de trabalhos. No caso da Quinta das Olgas sugerimos, mesmo, um ligeiro abaixamento da cota máxima de enchimento da albufeira, por forma a preservar este importante monumento, que mereceria ser classificado. No caso da Quinta da Barca, porque supomos que poderá ter sido implantada sobre um sítio romano recomendamos a realização de sondagens.

Em articulação com estas quintas conservam-se pombais, corriças, armazéns, lagares, eiras, fornos, ou seja todo um mundo de estruturas, que importa, também, registar com rigor.

8. ARQUEOLOGIA RURAL

A par das quintas e das suas estruturas complementares, existe toda uma série de estruturas relacionados com o aproveitamento tradicional do rio, quer como ponto de passagem, quer como força motriz. Referimo-nos aos



Moinho da Quinta da Barca.



Moinhos da Canada do Inferno.

moínhos ou azenhas, com os respectivos canais e açudes, as casas dos moleiros, ou de armazenagem de cereais. Como resultado do reconhecimento que efectuámos foram identificadas numerosas estruturas deste tipo, normalmente bastante arruinadas. De todas, encontram-se em melhor estado os moínhos da foz da Canada do Inferno, e o moínho da Quinta da Barca, que servia a aldeia de Castelo Melhor. Embora o sistema de utilização da energia fluvial para moagem possa remontar à Idade Média, no geral o equipamento que se conserva, mais ou menos arruinado, deverá ser relativamente recente, ainda que apresente as características tradicionais, mantidas por sucessivos trabalhos de restauro, que não alteraram o estilo anterior. No que concerne o rio, como ponto de passagem, conservam-se as chamadas casas do barqueiro, interessante conjunto de arquitectura rural, que se pode observar na margem direita do rio Côa, a montante da Quinta de Santa Maria, e a juzante da Quinta da Barca.

9. ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

Tal como já assinala Pinho Leal, nas margens do rio Côa, no Monte do Poio, extraía-se, (e explora-se ainda hoje com intensidade), um xisto negro, tipo ardósia, de excelente qualidade, que serviu desde o século XVIII, para a construção de casas e de suportes para a vinha. Pelo que pudemos observar existiam junto ao leito do rio algumas dessas pedreiras que vão ser submersas. Não sendo vestígios de particular interesse científico ou monumentalidade, o seu registo deverá ser feito. Recomendamos pois o seu registo de uma forma sumária com posicionamento cartográfico, à escala 1:2500, e cobertura fotográfica adequada.

10. CONCLUSÕES

10. 1. Tal como afirmámos na Introdução, e como se pode verificar quer pela leitura dos parágrafos anteriores e análise das fichas, quer pelo exame dos mapas e das fotografias, a albufeira da projectada barragem do rio Côa, vai submergir todo um universo de diferentes estruturas e vestígios, que documentam sucessivas etapas do povoamento da região, com particular relevância para os períodos calcolítico, romano e da Idade Moderna/Contemporânea, épocas em que matrizes de ordenamento do território mais aproveitaram os espaços e os

recursos oferecidos pelas margens do rio. O estudo sistemático de todos esses testemunhos exigirá vários anos de trabalho, equipas interdisciplinares, especializadas nas diversas áreas referidas nos diversos capítulos deste relatório, e um sério investimento, de tal modo que se adquira um conhecimento rigoroso das comunidades que se instalaram nas margens do rio Côa, e dos seus modos de vida, desde os tempos recuados da Pré-História até ao século XX.

Dada a complexidade dos vestígios, e a morosidade própria do método arqueológico, verifica-se a necessidade de implementar um processo dinâmico, que assegure em tempo útil o registo minucioso de todos os dados. Recomendamos, pois, que o estudo dos monumentos, sítios e vestígios supramencionados, e outros que venham a ser descobertos, se desenvolva segundo um projecto autónomo e temporário, destinado exclusivamente ao estudo do património histórico da área a ser submersa pela albufeira da barragem do rio Côa, projecto financiado no âmbito dos custos de construção da barragem.

O projecto seria posto a concurso, estabelecendo-se como objectivos mínimos a cumprir as recomendações discriminadas no presente relatório. As candidaturas à concretização do projecto seriam avaliados por um júri de especialistas de reconhecido mérito, e por representantes das entidades públicas e privadas envolvidas no empreendimento.

10.2. Ao concluir-se o projecto de estudo da área afectada pela barragem do rio Côa, caso sejam observadas as recomendações expressas no presente documento, terá sido acumulada uma importante massa de dados científicos, e mesmo abundante material arqueológico. Nesta perspectiva, tendo em conta o valor científico e cultural da massa informativa recolhida, recomendamos a sua publicação em tempo útil, e a dois níveis. Por um lado como monografia científica, destinada ao público especializado, nacional e europeu. Por outro, através de um publicação destinada ao grande público, por forma a revelar o modo como o rio Côa foi um importante recurso para as sociedades humanas ao longo dos milénios. Finalmente, recomendamos que se crie um núcleo museológico, ou na sede do concelho de Vila Nova de Foz Côa, ou em Muxagata, em edifício apropriado para o efeito. Nesse pequeno museu seriam expostos os materiais das escavações, mapas e fotografias relacionados com os testemunhos submersos pela albufeira.

II – OBSERVAÇÕES

Como se pode verificar pela leitura do relatório supra as prospecções, efectuadas em 1989, não identificaram arte paleolítica, ou, pelo menos, não foi atribuído a esse período nenhum dos conjuntos de gravuras e pinturas observados. Todavia, é evidente que foi identificada arte pré-histórica, e que foram recomendadas prospecções minuciosas, pois é raro que surjam rochas isoladas, ao longo das margens dos rios.

A descoberta de rochas com gravuras paleolíticas seria concretizada posteriormente por técnicos do ex-IPPC/IPPAR, na Canada do Inferno, um dos sítios onde tínhamos assinalado a ocorrência de gravuras pré-históricas. As condições exactas em que ocorreu a detecção das gravuras paleolíticas ainda não foram esclarecidas pelas entidades oficiais.

Caso o IPPAAR abra-se à consulta pública os seus arquivos, muitos pormenores seriam esclarecidos. Pela nossa parte, dispomos de poucos dados para a história do processo. O relatório que redigimos em Outubro de 1989 foi entregue no prazo previsto à EGF. A sua inserção no EIA não teve acompanhamento directo da nossa parte, uma vez que o contrato cessava em Novembro. Aliás, nunca nos foi remetida a versão final do documento.

Posteriormente, soubémos que o EIA tinha sido remetido ao IPPC no primeiro semestre de 1990. Tendo em conta o impacte negativo da barragem no domínio da arqueologia e a existência de um valioso património a estudar, o IPPC e a EDP iniciaram negociações em Abril de 1990, ficando estabelecido que o Instituto assumia a responsabilidade do aprofundamento dos estudos. De facto no Relatório de 1990 do Serviço Regional de Arqueologia do Norte pode ler-se o seguinte, no *item* referente a Informações e Pareceres:

“5.2.1. Plano Arqueológico do Côa, Vila Nova de Foz Côa.

Estudo dos processos referentes ao PAC, nomeadamente no capítulo do Património Arqueológico do Estudo do Impacte Ambiental, remetidos pela EDP, a fim de se programar um Salvamento dos vestígios localizados na área de enchimento da albufeira”.

Ignoramos se estes estudos se limitaram a aspectos burocráticos, ou se foram realizados trabalhos de campo em 1990. Desconhecemos, também, se o EIA foi apenas apreciado pelo Serviço Regional de Arqueologia do Norte, ou se foi remetido ao Departamento de Arqueologia e ao Conselho Consultivo do Instituto, como seria normal. De acordo com os poucos documentos públicos disponíveis pode deduzir-se que as primeiras acções do salvamento principiaram em 1991. Na verdade de um resumo de comunicação, enviado às V Jornadas da Associação dos Arqueólogos pelo director do PAC (dr. Nelson Rebanda) e no âmbito do tema Arqueologia e Obras Públicas, consta o seguinte:

“O lançamento da barragem de Vila Nova de Foz Côa, por parte da Empresa EDP-Electricidade de Portugal, levou à intervenção da ex-divisão de Arqueologia do ex-IPPC e, posteriormente da Direcção Regional do Porto do IPPAAR, com vista ao estudo e salvaguarda dos vestígios arqueológicos ameaçados pela construção deste empreendimento hidro-eléctrico. Essa colaboração entre a entidade promotora da obra e o organismo de tutela surge na sequência das recomendações do EIA (Estudo de Impacte Ambiental) e após se ter verificado a existência de um considerável número de sítios de grande interesse arqueológico de acordo com o levantamento prévio efectuado pelo dr. Francisco Sande Lemos, da UAUM (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho). Assim foi elaborado um Plano Geral de Salvamento, cuja primeiras acções se iniciaram em 1991, imediatamente antes das obras da construção da barragem. Nesta comunicação serão apresentados alguns resultados preliminares desses trabalhos que incidiram basicamente nas áreas de impacto directo e imediato da obra, abordando-se a problemática do levantamento, do trabalho de campo ao registo e interpretação dos dados, bem como os conceitos de prevenção, preservação e salvamento”.

O projecto de construção da barragem apenas mereceu despacho favorável em 28 de Fevereiro de 1992. O concurso para a primeira grande empreitada (construção da ensecadeira e do túnel derivativo) foi aberto em Março desse mesmo ano e a obra adjudicada em 4 de Agosto (de acordo com dados extraídos da Revista da EDP).

O técnico do IPPAR, dr. Nelson Rebanda alega que a descoberta da rocha com gravuras pré-históricas representando animais apenas ocorreu em fins de Novembro de 1992.

Seja como for, a descoberta, e outras sucessivas (em Setembro? de 1993 e Verão de 1994) só foram anunciadas anos depois, em Novembro de 1994, suscitando uma polémica que ainda não cessou.

Dado que o IPPAR tem sido parco em facultar dados sobre o processo, subsistem numerosas perguntas:

- Porque motivo o ex-IPPC/IPPAR tendo tomado conhecimento do grande valor arqueológico do vale do Côa, tendo consciência que o estudo de 1989 era um “levantamento prévio”, não realizou em 1990 e 1991 a prospecção sistemática da área abrangida pela albufeira?
- Que trabalhos realizou durante esses dois anos, no sentido de aprofundar o estudo de 1989?
- Que acções efectuou o IPPAR entre Março de 1992 e o início das obras de construção da ensecadeira?
- Que razões levaram o Instituto a não divulgar as sucessivas descobertas, em reuniões científicas, quando dispôs de várias oportunidades para o efeito: em Maio de 1993 (V Jornadas da Associação

- dos Arqueólogos Portugueses, celebradas em Lisboa); em Novembro de 1993 (I Congresso de Arqueologia Peninsular)?
- Porque motivos nunca foi criada a equipa interdisciplinar, conforme fora recomendado em 1989?
 - Porque não se procedeu ao abaixamento do nível das águas antes da construção da ensecadeira?
 - Porque aguardaram mais de quatro anos para realizar a prospecção minuciosa do troço entre a barragem e a Quinta de Santa Maria?

Enfim um rosário de questões que certamente irão ser esclarecidas com o correr do tempo.

Convém acrescentar que, pela nossa parte, nunca escondemos as descobertas efectuadas em 1989. Embora não tivéssemos publicados os resultados, já que se tratava de um trabalho em desenvolvimento, assumido pelo ex-IPPC/IPPAR, divulgámos pessoalmente a existência de gravuras e pinturas pré-históricas no Vale do Côa a colegas eventualmente interessados no assunto. Claro que não formulei convites formais, que teriam forçosamente de partir do ex-IPPC/IPPAR. Por outro lado julgo útil assinalar que, em 1991, enviámos as fichas dos sítios detectados ao arqueólogo que estava a organizar a Carta Arqueológica do concelho, dr. Sá Coixão.

Por último, a terminar, não deixa de ser interessante, divulgar alguns dados sobre o contexto em que ocorreu a difusão das descobertas realizadas pelo Instituto ao longo de vários anos. Em princípios de Novembro o dr. Nelson Rebanda convocou vários arqueólogos para se deslocarem ao vale do Côa (Mila Simões Abreu, Mário Varela Gomes, António Martinho Baptista e Francisco Sande Lemos), a fim de autenticarem as suas descobertas, uma vez que a descida do nível das águas permitia observar as gravuras, pela última vez, segundo afirmou. Por razões várias não pude deslocar-me a Foz Côa. Posteriormente, foi solicitado o meu apoio para a formação de uma equipa destinada a estudar o património do vale do Côa. Ignorando que a descobertas tinham sido ocultadas durante vários anos, acedi a cooperar com o Instituto. Todavia, logo que soube, pela Imprensa, dos graves contornos da ocultação, com evidentes consequências patrimoniais, informei as instâncias do IPPAR que me recusava a colaborar no processo.

Na sessão de 16 de Dezembro de 1994, celebrada na Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pude verificar que a grande maioria das recomendações do estudo de 1989 ainda não tinha sido concretizada, passados quase cinco anos. Nunca tinha sido realizada a prospecção sistemática de todo vale, em particular o exame minucioso da zona entre a barragem e a Quinta de Santa Maria e o inventário dos terraços paleolíticos, tarefas primordiais e obviamente urgentes, na sequência da descoberta da rocha com arte paleolítica.

Voltaremos à história deste processo, logo que o Governo se decida a publicitar os processos relacionados com o assunto e que se disponha de mais informação.

POST-SCRIPTUM

Já na fase de revisão de provas tivemos acesso a um texto publicado em 1995 pelo dr. Nelson Rebanda e intitulado "Os Trabalhos Arqueológicos e o Complexo de Arte Ruprestre do Côa" (edição do IPPAR). Na página 6, o autor refere-se ao relatório arqueológico inscrito no EIA mas não aponta a data da sua realização: 1989.

Entre essas primeiras prospecções e 1992 (data oficial da descoberta da arte paleolítica) o tempo não parou.

Ouçamos o presidente da E.D.P.: "Foi essa posição de princípio que nos levou a um trabalho conjunto com o IPPAR, e que vem já desde 1990. Os estudos de impacto ambiental que antecederam a decisão de construir o aproveitamento hidroeléctrico de Foz Côa indicaram a probabilidade de existência nesta região de vestígios arqueológicos importantes. Assumimos desde logo a recomendação que então nos foi feita de os estudos serem aprofundados em ordem a assegurar a salvaguarda de tudo o que no domínio da arqueologia tivesse interesse. Não sendo, como já disse, especialistas em arqueologia, celebramos com o IPPAR um protocolo nos termos do qual nos comprometemos a financiar e a apoiar logisticamente os estudos especializados nesta região.

O IPPAR, de sua parte, comprometeu-se a aconselhar-nos nas medidas de salvaguarda que se mostrassem necessárias". (Declarações proferidas em 16 de Dezembro de 1994).